

Jornalismo e violência de gênero: Análise dos ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello

Carla Montuori Fernandes¹
Luiz Ademir de Oliveira²
Ana Luiza Vieira Morais³

Resumo: Em um contexto de crescente violência contra a imprensa, principalmente por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores, as mulheres jornalistas têm sido o principal alvo dos ataques. Assim, o presente artigo discute o papel da comunicação, a desigualdade de gênero e a violência simbólica (Bourdieu, 2002; Miguel & Biroli, 2014) em uma sociedade midiaticizada. Desenvolve-se um estudo de caso dos ataques à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, em 18 de fevereiro de 2018, e os desdobramentos do caso (repercussão na mídia e nas entidades de classe). O texto analisa como misoginia e o sexismo são utilizados estrategicamente para deslegitimar o trabalho de jornalistas mulheres, especialmente em contextos de tensão política. Isso evidencia uma das práticas recorrentes do populismo digital de extrema direita no Brasil, muito presente nas ações do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que tomou a grande imprensa como um de seus principais alvos de ataques.

Palavras-chave: Jornalismo; Dominação Masculina; Comunicação e Gênero; Política.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP). Email: carla.montuori@docente.unip.br

² Doutor em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: luizoli@ufsj.edu.br.

³ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista CAPES. Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: analuizavieirast@gmail.com.

Em 18 de outubro de 2018, com a eleição presidencial em curso, foi publicada a reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*”, no *jornal Folha de S. Paulo*. Escrita por Patrícia Campos Mello, a matéria revelava que empresas apoiadoras do então candidato Jair Bolsonaro, na época filiado ao PSL, compraram pacotes de disparos robotizados em massa de mensagens contra o Partido dos Trabalhadores (PT) fornecidos por agências de marketing digital e planejavam uma grande ação para a semana anterior ao segundo turno eleitoral. Isso configurava ilegalidade, porque, desde 2015, é proibida a doação de campanha por empresas, assim como a prática não tinha sido declarada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na época, a reportagem repercutiu nacionalmente e, em decorrência disso, a jornalista Patrícia Mello começou a ser atacada por bolsonaristas. Posteriormente, em setembro de 2019, foi instalada no Senado Federal uma Comissão Parlamentar Mista (CPMI) para investigar o disparo de *fake news* durante as eleições. Em depoimento à CPMI, em 11 de fevereiro de 2020, Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário da Yacomns (uma das agências acusadas de vender e realizar os disparos), que havia sido fonte de Mello durante a reportagem, contradisse informações publicadas na matéria e ainda acusou a jornalista de se insinuar sexualmente para ele:

Ela [Patrícia] queria sair comigo e eu não dei interesse para ela. Ela parou na porta da minha casa e se insinuou para entrar, com o propósito de pegar a matéria ... deixei claro que não fazia parte do meu interesse, a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção...” (NASCIMENTO, 2020).

No mesmo dia, a *Folha de S. Paulo* publicou reportagem com provas concretas (arquivo da conversa em texto e áudio) que desmentiam Nascimento, sendo que era ele quem havia tentado um encontro com a jornalista, que o ignorou. Uma semana depois, sem ser perguntado, em uma das coletivas de imprensa na frente do Palácio da Alvorada, o ex-presidente Bolsonaro disse sobre o caso: “Ela queria um furo. Ela queria

dar o furo a qualquer preço contra mim”, um trocadilho ofensivo com conotação sexual sobre o jargão jornalístico dar o furo, que significa publicar uma informação relevante antes dos concorrentes.

Vários vídeos e imagens ofensivas circularam nas redes sociais durante o mês do ocorrido, sempre taxando Patrícia como prostituta. O vídeo intitulado “Jornalista da Folha”, no Canal Hipócritas no *YouTube*, por exemplo, já teve quase 300 mil visualizações. Em uma das imagens, há uma mulher nua em uma pilha de dólares. Em outra, a mesma mulher aparece com a frase “Ofereço cuzinho em troca de informação sobre o governo Bozo”. Mensagens acusadoras e humilhantes também chegaram nas redes sociais, entre elas: “Você tava querendo dar a buceta para ver o notebook do cara kkkkkkk então você chupa piroca por fontes?” e “Linda, deixa te perguntar, você raspa os pelinhos?”. Outros ataques também partiram de legisladores, como o deputado federal André Fernandes, do Ceará, e o vereador Joaquim Campos, de Belém, no Pará.

Em março do mesmo ano, o *jornal Folha de S. Paulo* publicou uma nova reportagem em que Patrícia figurava em terceiro lugar na lista que apontava os dez casos mais urgentes de ataques realizados contra jornalistas em todo o mundo. A enumeração foi feita pela organização internacional *One Free Press Coalition*, que reúne veículos como *The Washington Post*, Agência EFE e *Deutsche Welle*.

A partir disso, Mello reuniu todas as informações que vinha coletando nas coberturas de eleições dos últimos anos, em especial sobre a disseminação de *fake news* e uso de robotização na eleição por líderes populistas, principalmente na eleição brasileira à presidência e, em julho de 2020, publicou o livro “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre violência digital e fake news”. A proposta do artigo é analisar os ataques à jornalista Patrícia Campos Mello, do *jornal Folha de S. Paulo*, os desdobramentos do caso e como o presidente e seus aliados tentam deslegitimar o trabalho da imprensa, principalmente de mulheres jornalistas, a partir da desigualdade de gênero (BOURDIEU, 2002; MIGUEL & BIROLI, 2014)). Serão analisados os relatos presentes no livro “A máquina do ódio” publicado pela jornalista, a partir das

reportagens que retratam os episódios de agressão e mensagens postadas em redes sociais. Pretende-se responder como os ataques a jornalistas se configuram como estratégia da extrema direita de mobilizar as redes sociais para deslegitimar as instituições democráticas, como é o caso da imprensa, o que Cesarino (2020) classifica como populismo digital de direita.

Comunicação, Gênero e Violência Simbólica

O campo jornalismo, assim como o universo da política, entre outras esferas sociais, historicamente, foram se consolidando, como espaços predominantemente masculinos, em que o poder é “naturalmente” exercido com mais eficácia por homens, partindo da premissa de que exige racionalidade em detrimento da mulher, mais frágil e mais sensível. Tal argumento ou premissa, no entanto, não passa de uma construção ideológica que procura naturalizar uma desigualdade de gêneros há séculos e perpetuar a misoginia e o machismo, mesmo no século XXI.

Mas afinal, o que é gênero? Joan Scott (1995) define gênero como “(1) um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Desse modo, a categoria gênero não se limita às questões que envolvem somente determinações biológicas, mas implicam também o mercado de trabalho e a área política, das quais tantas vezes as mulheres ficam à margem.

Bourdieu (1998), a partir do questionamento da falta de subversão e permanência da ordem vigente, busca compreender como as relações entre homens e mulheres se construíram com a dominação do sexo masculino sob o feminino. Na obra, o sociólogo parte do estudo do povo berbere, na Cabília, região montanhosa da Argélia, às margens do Mar Mediterrâneo, para exemplificar a dominação masculina. A organização desse povo parte da ordem androcêntrica, ou seja, em que as relações culturais simbólicas colocam o homem como centro de tudo. Além disso, o local

também era um importante ponto de trocas comerciais e culturais nas sociedades antigas e serve de parâmetro para identificar a mesma questão no Oriente Médio, norte da África e na Grécia, berço da civilização ocidental.

Bourdieu (1998) pontua que a dominação masculina acontece de forma simbólica e se torna natural até mesmo para as mulheres, o que ele define como violência simbólica. Tal violência é exercida, principalmente, por meio da comunicação e do conhecimento, sendo na sua visão que a Escola e o Estado deveriam ser o foco das lutas feministas. Desse modo, as características biológicas foram utilizadas para transformar a arbitrariedade cultural em algo natural durante o processo de socialização. Retomando à obra de Bourdieu, na Cabília, ele identifica uma forma taxonômica de tratar as relações de gênero, que são classificadas de forma binária, sempre com dois elementos de oposição, onde as mulheres estarão do lado interior, como úmido, curvo, baixo, enquanto os homens estarão do lado exterior, como o seco, direto e alto.

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 1998, p. 20).

Para Bourdieu (2002), a dominação masculina vigente na sociedade, foi incorporada e legitimada por hábitos taxinômicos binários, ou seja, as mulheres eram relacionadas aos fenômenos do interior e os homens aos do exterior. Essas estruturas, apesar de serem objetivamente tratadas como naturais, na verdade são construídas para retirar o direito das mulheres de ocupar outros espaços na sociedade. Por isso é tão importante problematizar o ataque a jornalistas, especialmente do gênero feminino.

Assim, as mulheres estariam restritas aos trabalhos do mundo privado, escondidos, vergonhosos, como cuidar das crianças e dos animais, cozinhar, cuidar do jardim e o transporte do estrume. Por isso, a manutenção desse sistema, busca de forma objetiva retirar as mulheres dos espaços exteriores de discussão na sociedade.

Aqui, cabe refletir sobre o caso de Patrícia Campos Mello, jornalista atacada após denunciar um escândalo às vésperas das eleições presidenciais. Quando uma mulher se insere no mundo exterior a partir do trabalho e interfere no campo político, a dominação masculina entra em ação para ofendê-la por seu sexo. Segundo Bourdieu (1998), o assédio sexual nem sempre tem a finalidade da posse sexual do objeto que ele parece perseguir. Para o autor, o que acontece é que ele visa com a posse, a simples afirmação da dominação em estado puro. Por isso, entende-se como a violência simbólica e, em muitos casos, a violência física.

No artigo “Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade”, os autores Aline de O. Rios e Marcelo Engel Bronosky (2019) problematizam a violência contra jornalistas que está em crescimento no Brasil, como um ataque ao próprio funcionamento da sociedade. Assim, recorrem principalmente ao direito à informação, assegurado nos artigos 5 e 220 da constituição, para afirmar que “qualquer forma de violência contra o jornalista e conseqüentemente, contra a prática do jornalismo e à elaboração da notícia, também se configura como uma forma de ataque ao exercício do direito à informação pelos cidadãos” (RIOS & BRONOSKY, 2019, p. 50).

No artigo, os autores mencionam que o jornalista “ancorado em valores ético-normativos e nos sentidos ético e público da atividade” (KARAM, 2009, p. 18 *apud* RIOS & BRONOSKY, 2019, p. 51), expõe por meio da informação organizada em notícias, realidades dentro e fora do alcance dos indivíduos, para que estes possam tomar as suas decisões. Os pesquisadores analisaram o Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa, produzido pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), em 2018. Nele foram registrados 13.312 casos, 129 sendo direcionados aos jornalistas pela profissão exercida. Com base nestes dados, Rios e Bronosky (2019) apontam quatro problemas gerados na sociedade. O primeiro diz respeito ao impedimento de cumprir a profissão. Por exemplo, Patrícia Campos Mello teve que cancelar o comparecimento em eventos durante um mês, porque *e-mails*, de eleitores bolsonaristas, divulgavam dados (dia, endereço e horários) e convocavam apoiadores

com os seguintes dizeres: “A jornalista petista vai. Vão lá”. Ou seja, a cobertura jornalística era inviabilizada pelo medo de agressões.

Retomando os problemas apontados por Rios e Bronosky (2019), o segundo também é diretamente relacionado, pois ocorre queda de qualidade das notícias, porque a apuração não pôde ser plenamente exercida sem riscos. Já o terceiro diz respeito principalmente aos cidadãos, que são impedidos de terem o direito à informação. E o quarto traz a questão da quebra do processo democrático, porque as pessoas não têm informações suficientes para auxiliarem na tomada de decisões. Por isso, “uma sociedade democrática não pode prescindir do jornalismo exercido com vistas à credibilidade e à legitimidade” (RIOS & BRONOSKY, 2019, p. 59). Portanto, os autores argumentam que a violência contra jornalistas deve ser entendida e enfrentada não somente pelos profissionais da área, mas por todos que prezam pela democracia, a fim de não abrir brechas de abuso de poder.

Entretanto, ao publicizar temas polêmicos, os jornalistas atraem a ira de muitas pessoas, como o caso da jornalista Patrícia Campos Mello, atacada após publicar um escândalo sobre a compra de pacotes de disparos robotizados em massa de mensagens contra o PT (Partido dos Trabalhadores), fornecidos por agências de marketing digital, e o plano de uma grande ação para a semana anterior ao segundo turno eleitoral, por empresas apoiadoras do então candidato Jair Bolsonaro.

Segundo Porto (2010), a violência tem um caráter múltiplo, pois se manifesta tanto de forma física quanto simbólica. No Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa, produzido pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), em 2021, dos 430 casos, 131 (30,46% do total), aparecem os discursos que buscaram desqualificar a informação jornalística. Além disso, em 58 casos (13,49% do total) ocorreram agressões verbais virtuais/ataques virtuais. Com Mello não foi diferente, já que a grande maioria dos ataques ocorreram por mensagens, ligações, vídeos e imagens divulgados nas redes.

É importante ressaltar que o direito à informação está assegurado nos artigos 5 e 220 da constituição. Desse modo, “qualquer forma de violência contra o jornalista e, conseqüentemente, contra a prática do jornalismo e a elaboração da notícia, também se configura como uma forma de ataque ao exercício do direito à informação pelos cidadãos” (RIOS; BRONOSKY, 2019, p. 50).

O relatório também mostrou um recorde desde o início dos registros em 1990. Homens foram a maior parte dos afetados, mas os ataques às mulheres eram de “viés sexista, misógino e machista”, disse a presidente da federação, Maria José Braga em entrevista para o Poder360. Ela ainda menciona uma mudança nos números de 2021, com os ataques virtuais e as agressões verbais tendo preferencialmente as mulheres como vítimas. De acordo com Braga, as jornalistas do sexo feminino são agredidas “de forma pessoal”, com ataques à sua aparência, a sua vida pessoal e à sua orientação sexual.

Outro ponto interessante é a conclusão de que Jair Bolsonaro foi o “principal agressor” de jornalistas e meios de comunicação. “A continuidade das violações à liberdade de imprensa no Brasil está claramente associada à ascensão de Bolsonaro à Presidência da República”, aponta o documento. Uma vez que Bolsonaro foi responsável por 147 casos de 2021, com 129 episódios de descriminalização da imprensa e 18 de ataques verbais aos profissionais.

De acordo com o monitoramento feito pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), 89 jornalistas e meios de comunicação foram alvos de 119 ataques de gênero relacionados à profissão, no ano de 2021. De acordo com Juliana Kataoka (2020), na matéria “Oito jornalistas mulheres atacadas por Bolsonaro desde o início do governo”, publicada em 08 de março de 2020, no *Portal Uol*, relata que somente em 2019 o presidente Bolsonaro atacou 8 (oito) mulheres jornalistas.

Bolsonaro e seus aliados, tanto na campanha eleitoral de 2018 como ao longo de seu mandato (2019 a 2022), atuou de forma recorrente nas mídias sociais. Inclusive, mesmo na condição de presidente da República, deixou de manter contato com a grande

imprensa e passou a utilizar o X (antigo *Twitter*) e *lives* nas redes como Facebook e YouTube para se dirigir à população e anunciar ministros e até medidas do seu governo. Tal estratégia ficou conhecida como populismo digital de direita, conforme explica Cesarino (2020). Havia por parte dos bolsonaristas uma tentativa de deslegitimar as instituições e campos sociais consolidados da democracia brasileira, como os poderes Legislativo e Judiciário (com ênfase em ataques ao Supremo Tribunal Federal – STF), os partidos políticos tradicionais e, principalmente, a grande imprensa vista como uma aliada da oposição.

Desde o início da campanha eleitoral, o mecanismo populista bolsonarista buscou limitar o acesso do “povo” a uma esfera pública de caráter mais aberto e pluralista, bem como a estruturas tradicionais de produção de conhecimento autorizado. Foram muitos e variados os conteúdos direcionados à deslegitimação da imprensa profissional e de especialistas (CESARINO, 2020, p.107).

Isso fez com que muitos jornalistas fossem alvos do ex-presidente, incluindo a jornalista Patrícia Campos Mello e uma série de outros jornalistas, principalmente jornalistas mulheres. Ademais, a estratégia do populismo de direita bolsonarista adotou as mídias digitais não apenas como o canal preferencial de propaganda de suas ideias e da própria comunicação de seu governo, mas também para divulgar fake news e ataques às instituições e aos adversários.

Comunicação e Feminismo

Segundo “O Livro do Feminismo” (2019), o termo “*féminisme*” foi utilizado pela primeira vez pelo francês Charles Fourier em 1837, mas a palavra e o conceito feminismo ganhou força apenas nos anos 1890. Entretanto, desde o século XVII, as mulheres de diversos locais começaram a questionar o papel de subserviência das mulheres, além de buscarem mais direitos de igualdade em relação aos homens.

Assim, o crescimento do feminismo aconteceu durante o Iluminismo, a partir das discussões e das revoluções norte-americana e francesa. Nos EUA, Abigail Adams, esposa do segundo presidente americano, pediu que “se lembrassem das damas” no movimento revolucionário. Enquanto na França, Olympe de Gouges publicou A Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, uma busca pela tal liberdade, igualdade e fraternidade defendida pela revolução francesa, mas que abarcasse plenamente o público feminino. O início do século XIX trouxe para a discussão mulheres da classe trabalhadora, principalmente nos EUA e no Reino Unido, a partir dos movimentos operários.

Para Miguel e Biroli (2014, p. 21), “se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada”. A questão apontada pelos autores dialoga com Bourdieu (2002), porque o mundo privado era destinado às mulheres e o mundo público aos homens.

No artigo “A quarta onda digital feminista: interseccional, digital e coletiva”, Perez e Ricoldi (2019) discutem as mudanças do movimento feminista ao longo dos anos, principalmente o brasileiro, até chegar na fase atual. Se antes o feminismo era pautado pelas questões das mulheres brancas e de classe média, agora abre espaço para discussões que abordam raça, gênero, orientação sexual, classe e outros. Trata-se do conceito de interseccionalidade que diz respeito à compreensão do gênero em interface com outras dimensões sociais. Assim como, a partir das redes sociais digitais, são criadas campanhas que denunciam abusos contra as mulheres e buscam a igualdade de direitos, inclusive com a formação de coletivos descentralizados e sem associação direta com partidos políticos.⁴

⁴ ARTICULACION FEMINISTA MARCOSUR (Uruguay). Nota de repúdio e solidariedade: Ataque inverídico e machista à jornalista Patrícia Campos Mello é uma violência à liberdade de imprensa, às mulheres e à democracia. 2020. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur-afm.org/nota-de-repudio-e-solidariedade-ataque-inveridico-e-machista-a-jornalista-patricia-campos-mello-e-uma-violencia-a-liberdade-de-imprensa-as-mulheres-e-a-democracia/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

A história do movimento feminista foi dividida em ondas. As ondas podem ser entendidas “como ciclo de protestos associados ao contexto político, social e histórico mais amplo” (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 4). Entretanto, as autoras também ressaltam que, apesar da organização histórica em ciclos, a partir dos Estados Unidos como ponto de referência, a luta pela igualdade entre homens e mulheres acontece desde o princípio da história das mulheres.

A primeira onda é caracterizada pelo sufrágio feminista, um movimento de mulheres de classe alta e bem instruídas, entre meados do séc. XIX e início do XX, em busca de direitos políticos como o voto, que, no Brasil, somente foi alcançado em 1932. Por aqui, as participantes eram mulheres educadas ligadas às elites, muitas vezes funcionárias públicas e professoras (HAHNER, 2003 *apud* PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 6). Destaca-se a fundação de um Partido Republicano Feminino, a atuação de Bertha Lutz, a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino e periódicos femininos que também abordavam questões políticas, educação igualitária e direito ao divórcio. A princípio, o movimento é considerado mais conservador, já que não questionava a divisão sexual dos papéis de gênero (COSTA, 2005 *apud* PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 6).

Já a segunda onda, nos EUA e França, ocorre na década de 60, sob a influência teórica de Simone de Beauvoir, autora do livro *O Segundo Sexo* (1949), dos movimentos em busca de direitos civis e da contracultura. No Brasil, aconteceu em plena ditadura militar, principalmente na década de 70, quando em 1975 foi proclamado o Ano Internacional da Mulher. A luta era de feministas exiladas, militantes de partidos políticos, estudantes universitárias e acadêmicas (PINTO, 2003 *apud* PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 7). As autoras explicam ainda que as discussões não permaneciam somente na academia, pois movimentos de mulheres por creches e moradia também se disseminavam.

Enquanto na terceira onda, na década de 1990, surge a questão da importância da interseccionalidade, com movimentos feministas negros e abordagem pós estruturalista

da sexualidade. No Brasil, foi marcada pela explosão de Organizações Não-Governamentais (ONGs), em que questões de raça e diversidade sexual eram discutidas. Assim como financiamento ou participação do estado na formulação e execução de políticas públicas. A Conferência de Beijing em 1995, a Eco-1992 que aconteceu no Brasil e a tenda Planeta Fêmea foram marcos dessa fase.

Quanto à quarta onda, na qual vivemos, as autoras relatam que apesar de ainda estar em construção, é comum a ela, além da afirmação da interseccionalidade, o uso das redes sociais para reivindicar ou denunciar a causa, a formação de coletivos feministas com autonomia (distanciamento da institucionalização) e retorno às ruas. “Os movimentos sociais também foram transformados e desafiados pelas novas tecnologias tendo que repensar suas estratégias de militância, além de problematizar os seus novos papéis dentro de um território ainda inexplorado e digital” (Azevedo, 2017, p. 25) *apud* (Perez; Ricoldi, 2019, p. 9).

Os Ataques à Jornalista Patrícia Campos de Mello

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa propõe um estudo de caso os ataques sofridos pela jornalista Patrícia Campos Mello, atualmente vinculada ao Grupo Folha de S. Paulo. Pretende-se analisar como as mulheres jornalistas são alvos de ataques no exercício da profissão em função da violência de gênero, principalmente no contexto do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), em que os ataques à imprensa e a jornalistas mulheres se multiplicaram, conforme dados da FENAJ, já apontados anteriormente. Serão analisados tanto os relatos presentes no livro “A máquina do ódio” publicado pela jornalista como em reportagens que retratam os episódios de agressão e mensagens postadas em redes sociais.

O livro “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital”, de Patrícia Campos Mello, foi publicado em 20 de julho de 2020, pela editora Companhia das Letras. A obra é fruto da apuração da jornalista durante as eleições

presidenciais dos Estados Unidos, em 2008, 2012 e 2016; na Índia, em 2014 e 2019; e do Brasil, em 2018. A repercussão da matéria feita por Mello: “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”, no Jornal *Folha de S. Paulo*, em outubro de 2018, foi importante para o desenvolvimento do projeto. Alvo de ataques sexistas e intimidação, a jornalista continuou produzindo conteúdos sobre o tema e reuniu mais informações sobre a “máquina do ódio”.

No livro, a autora mostra como líderes populistas estão usando as redes sociais para manipular a opinião pública, com a difamação de opositores, membros do judiciário e da imprensa. O processo acontece através de *trolls* (pessoas que provocam discussões endurecedoras na internet) e robôs no *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*. No caso da imprensa, Mello destaca que as mulheres jornalistas são as principais vítimas.

Desigualdade de gênero e misoginia

Para analisar como os ataques atingiram tanto ao trabalho como à reputação da jornalista Patrícia Campos Mello, o livro elenca uma série de episódios em que isso ocorreu. Para evidenciar como foi atacada por ser jornalista mulher, muitas vezes, trazendo implicações no seu ambiente privado, íntimo e nas suas relações familiares com o filho, que tinha apenas sete anos. Trata-se, primeiramente, do que Habermas (1984) aponta como a ruptura das fronteiras entre o público, o privado e o íntimo. A reportagem de Patrícia Campos Mello, apesar de apontar para relações contaminadas, no jogo de interesses entre empresários e o candidato Jair Bolsonaro, denunciava justamente o que a lei eleitoral indicava como crise, o financiamento por empresas para disparos de mensagens do WhatsApp, sendo que era ainda para disseminar notícias falsas e discursos de ódio contra o seu adversário, na época, o candidato Fernando Haddad (PT) e a sua vice, Manoela D’Ávila (PCdoB). Deve-se lembrar que, na eleição

de 2018, Manoela foi alvo recorrente de ataques misóginos, apesar de não ser aqui o “objeto” de investigação.

Ao denunciar, a jornalista tornou-se alvo de redes bolsonaristas, que, ao atacarem a profissional do *jornal Folha de S. Paulo*, não focaram somente na questão profissional – se a reportagem estava ou não condizente com os princípios do jornalismo considerado ético e de qualidade. Mas, ao contrário, os ataques, em sua maioria, ofendem a reputação pessoal da jornalista na condição de mulher, mãe, rompendo a fronteira do público, do privado e do íntimo. Isso revela, segundo Habermas (1984), um esvaziamento da esfera pública ao perder o foco no debate de questões políticas e não em atributos pessoais ou, neste caso, na forma de desconstruir a imagem pessoal da jornalista.

Em seu livro “A máquina do ódio”, Patrícia Campos Mello relata os ataques que sofreu do então candidato e hoje deputado federal Alexandre Frota, eleito pelo PSL e hoje filiado ao PSDB. Foi uma das celebridades do mundo do entretenimento que ganhou visibilidade nos discursos de ódio da extrema-direita. Eleito, rompeu com Bolsonaro e, atualmente, foi alvo de polêmica por ter apoiado, em 2022, Lula, apesar de não conseguir se eleger para deputado estadual.

Na época, no entanto, Frota, que se tornou famoso pela atuação em novelas da Rede Globo e ser casado durante um tempo com a atriz Cláudia Raia. Fez também trabalhos para a imprensa que explora a imagem de atores pornô e divulga ensaios eróticos. Em entrevistas recentes, ele explica que foi a questão financeira que o levou a se inserir na indústria pornô. Na notícia “Alexandre Frota revela quanto ganhou na indústria pornô”, o ex-ator contou sobre a quantia que faturou pelos filmes adultos e garantiu não ter se arrependido da experiência.⁵

⁵ BRASILEIRO, Paula. Alexandre Frota revela quanto ganhou na indústria pornô. Durante entrevista, o ex-ator contou sobre a quantia que faturou pelos filmes adultos e garantiu não ter se arrependido da experiência”, assinada por Paula Brasileiro, Site *Leia Já*, 14 de agosto de 2021. Disponível em <https://m.leiaja.com/cultura/2021/08/14/alexandre-frota-revela-quanto-ganhou-na-industria-porno/>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

O fato de trazer à tona a trajetória polêmica do ator Alexandre Frota não tem o intuito de avaliar o seu mandato como deputado federal e fazer avaliações morais sobre a participação em filmes pornô. No entanto, o que se configura como sintomático é a sua postura, como ator já inserido no sistema político, adotar posicionamentos em defesa da pauta de costumes conservadora, com críticas a grupos minorizados, como a comunidade LGTQIAP+. Dito isso, é importante trazer em que situação ele assume a cena pública para fazer ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello, sendo na época uma das lideranças bolsonaristas.

No vídeo “Vagabunda sem vergonha”, Alexandre Frota, então candidato a deputado federal pelo PSL em 2018, com duração de 8 minutos, faz xingamentos contra Patrícia Campos Mello. São exibidas, no vídeo, fotos da jornalista. O ex-ator utiliza palavras como “desclassificada, sem-vergonha e mentirosa” para descrevê-la. Mello abre seu livro com esse episódio, quando, por acaso, o filho, na época com sete anos, acha o vídeo na internet e fica assustado com o acontecido.

Neste trecho do livro, a jornalista demonstra os impactos que seu trabalho sobre o uso de robôs e *fake news* nas eleições e a misoginia tiveram em sua vida pessoal. Ela fala do lugar de mãe para justificar como os ataques a atingiram. No caso de jornalistas homens, quando são ameaçados, também existe violência contra os familiares. Há distinções, porque as mulheres jornalistas são alvo mais fáceis e mais vulneráveis, pela própria lógica de dominação. Mas isso não quer dizer que jornalistas homens também não se sintam ameaçados e vivam as mesmas tensões no lugar de cidadãos e pais.

Alexandre Frota, por exemplo, mesmo tendo feito filmes pornô, tendo relações sexuais com travestis, o que poderia ser alvo de críticas dos bolsonaristas pela posição conservadora que assumem em relação à comunidade LGTQIAP+, na defesa da “família tradicional”, deu várias entrevistas, com tranquilidade, sobre estes espaços ocupados. O fato de ser homem, se intitular como heterossexual – fez filmes eventualmente por dinheiro, mesmo indo contra sua orientação sexual, faz com que reivindique novamente este lugar de homem, heterossexual, defensor da família

tradicional e com “liberdade” para fazer ataques misóginos, sexistas contra a jornalista, mesmo que ela tenha atuado na esfera pública ao fazer uma reportagem de denúncias sobre *fake news*.

Tão impactante quanto o vídeo é a repercussão que ganharam nas redes sociais bolsonaristas, fazendo com que houvesse uma rápida circulação tanto do nome da jornalista Patrícia Campos Mello, como das agressões que passaram a ser adotadas por seguidores do ex-presidente. Estava colocada em xeque a reputação da jornalista, o seu trabalho e, principalmente, violado os princípios básicos que devem preservar o espaço da sua condição de cidadã, mulher e mãe – esferas privadas e íntimas. Não foram ataques apenas à profissional, mas a tentativa de desqualificar o seu trabalho, deu-se em outras frentes, acionando, principalmente, a desigualdade de gênero. Isso aponta claramente para o fato de que a jornalista ocupava um lugar que “naturalmente” deve ser ocupado por homens, que é a cobertura política, se analisarmos a partir do conceito de visão androcêntrica de Bourdieu (2002). A dominação masculina se naturaliza quando é negada a mulher ou questionado lugares que se construíram como ambientes masculinos, como o da política e, por consequência, do jornalismo político. As mulheres que “ousam” ocupar tais espaços, tornam-se alvos do machismo.

Outra situação relatada pela jornalista Patrícia Campos Mello refere-se aos seus posicionamentos políticos que foram tornados públicos em 2013, quando numa palestra na PUC em São Paulo, questionada sobre suas preferências políticas, afirmou que votava no PT. Esta fala de 2013 foi retomada para ser usada como alvo para desqualificar o trabalho da jornalista. Depois da repercussão da sua reportagem feita no *jornal Folha de S. Paulo*, em 2018 ainda, no auge da disputa eleitoral, circulou um vídeo com trecho de uma entrevista dada para estudantes da PUC em 2013, que rapidamente viralizou nas redes sociais bolsonaristas. Na entrevista, Mello disse: “Eu sou uma pessoa de esquerda, sempre votei no PT, mas isso não interfere na minha cobertura jornalística, todos os jornalistas votam em alguém, mas a nossa obrigação é separar isso e não imprimir viés à cobertura” (MELLO, 2020, p. 12). Apenas o recorte

de cinco segundos com a frase “Eu sou uma pessoa de esquerda, sempre votei no PT” foi utilizado. A repercussão nas redes sociais incluiu termos como “putinha do PT” e “vagabunda comunista”.

Os xingamentos presentes no vídeo, mais uma vez, trazem uma conotação misógina e sexista. Quando uma mulher é chamada de putinha ou vagabunda, o que se pretende acionar indiretamente é a construção histórica de que a mulher precisa ser passiva e abnegada, restrita aos fenômenos do interior e do lar, como aponta Bourdieu (2002). Qualquer movimento que fuja desse ideal, é considerado como inadequado e sofre retaliações da dominação masculina. Da mesma forma, rompe-se a lógica da dimensão pública (HABERMAS, 1984). O debate não fica restrito à atuação enquanto jornalista. Se há questionamentos sobre a sua reportagem, eles ficam em segundo plano, e Patrícia Campos Mello passa a ser enquadrada de forma misógina e sexista, como a “putinha do PT”. Deve-se lembrar que, no jornalismo político, colunistas homens assumem posicionamentos políticos bem claros, o que é considerado legítimo até pela lógica da democracia. Nos Estados Unidos e países europeus, como uma democracia mais consolidada, os jornais assumem, em editoriais, qual o alinhamento político e ideológico. Colunistas assumem visões claramente políticas em defesa de candidatos.

Ao ter a sua reputação violada, Patrícia Campos Mello tornou-se alvo recorrente da extrema direita. A sua reportagem teve impacto no cenário político, levando, inclusive, a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no Congresso, para apurar as *fake news* na eleição de 2018. Isso fez com que ela voltasse a ser alvo de ataques. Em 12 de fevereiro de 2020, Hans River do Nascimento mente em depoimento à CPMI instalada sobre o caso e diz que Patrícia Campos Mello se insinuou sexualmente para ele, como ela denuncia em seu livro “A máquina do ódio”.

Eu vou deixar mais claro, mas muito mais claro, porque eu acho que eu não fui muito direto nessa situação da jornalista. Ela queria sair comigo e eu não dei interesse para ela. Ela parou na porta da minha casa, com o propósito de pegar a matéria. Ela se insinuou para entrar, e eu ainda falei que não podia entrar na minha casa. Ela queria ver o meu computador, que inclusive eu

trouxe pra cá. Não está aqui, eu trouxe para o flat em que a gente está. E quando eu cheguei na Folha de S. Paulo, quando ela escutou a negativa, o distrato que eu dei e deixei claro que não fazia parte do meu interesse, a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção, que a minha intenção era ser ouvido a respeito do livro, entendeu? (MELLO, 2020, p.81).

Poucas horas depois do depoimento calunioso, a *Folha de São Paulo* publicou uma nova matéria com trechos do arquivo de provas de Mello sobre o que de fato aconteceu. Hans havia dito: “Se vc estiver à vontade, vamos se ver, e conversamos. Amanhã tenho show às 16h, quando sair do palco, te aviso” (MELLO, 2020, p. 82). A jornalista preferiu não o encontrar. “Quer dizer, ele havia me convidado para um encontro, eu o ignorei, e ele teve a pachorra de dizer a uma CPMI, onde mentir é crime, que eu havia oferecido sexo e ele tinha rejeitado. Tudo isso transmitido pela TV” (Mello, 2020, p.83).

No centro do debate que deveria ser público, Patrícia Campos Mello também se tornou alvo do ex-presidente Bolsonaro, que acionou uma avalanche de ataques nas redes sociais à reputação de Patrícia Campos Mello. Sete dias após o depoimento de Hans, o presidente Bolsonaro, sem ser perguntado, disse em uma das coletivas de imprensa na frente do Palácio do Alvorada: “Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim” (MELLO, 2020, p. 83 e 84). O trocadilho de cunho sexual com o termo utilizado por jornalistas que são os primeiros a darem uma notícia, além de ser uma estratégia política para desacreditar as acusações que reveladas por Patrícia, também reproduz a lógica do patriarcado em que homens acreditam em homens e defendem homens. Acima de tudo, defendem a superioridade de poder masculino, que se reproduz em situações humilhantes como a descrita (Bourdieu, 1998). Além disso, quando uma autoridade debocha de determinado assunto, legitima ataques.

O episódio resultou em diversas manifestações de apoio à jornalista, como a da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), “assustador que um agente político use seu canal de comunicação para atacar jornalista cujas reportagens

trazem informações que o desagradam, sobretudo apelando ao machismo e à misoginia” (MELLO, 2020, p. 97). Patrícia relata que a ofensa não atingiu apenas ela, mas todas as mulheres, por isso moveu uma ação judicial por danos morais e ofensas de cunho sexual contra o ex-presidente. Segundo a autora, a medida tem um caráter pedagógico, já que Bolsonaro é conhecido pela reprodução de falas sexistas e ameaças aos jornalistas.

O quinto episódio do “massacre” que a jornalista teve, em função de suas reportagens, de seu trabalho jornalístico, mas, principalmente, em decorrência de ser “mulher” na cobertura política, foi a postagem do vídeo que viralizou nas redes bolsonaristas, intitulado “Canal Hipócritas – Uma prostituta se aproxima de um carro e se debruça na janela do passageiro para abordar o motorista”, postado em 2020 após os depoimentos da CPMI do Congresso.

“Bora se divertir, gato?”, ela diz. “Quanto é que você está cobrando?”, o motorista pergunta. “Depende do que você quiser, meu amor.” “Você faz serviço completo?” “Experimenta, depois você me fala.” “Tá ótimo... eu só preciso de um furo... um furinho pra mim tá bom.” “Eu tenho três, meu amor, escolha o que você quiser.” “Sou eu que escolho, é, sua safada?” “É... Fala aí, qual dos furos você vai querer, hein?” “Eu quero um furo de reportagem, sua safada...Um furinho bem gostoso... Você só manipula notícia ou você também cria notícia falsa do zero? Uma outra coisa que eu também estou precisando é de uma fonte falsa, aquela que inventa história mesmo e se for preciso ela até vai depor se for intimada.” A prostituta faz cara de ofendida. “Como é que é?” “Furo de reportagem, fake news, quanto é que você está cobrando?” “Eu não faço esse tipo de coisa.” “Você não é jornalista da Folha?” A prostituta fica ultrajada. “Do que é que você me chamou?” “Jornalista da Folha.” “Olha aqui, eu sou prostituta, seu babaca. Jornalista da Folha? Era só o que me faltava. O meu trabalho é um trabalho digno, eu não destruo a vida das pessoas! Serviço completo, né? Agora eu estou entendendo, serviço completo. Eu faço, sim, serviço completo, mas isso eu não faço, porque eu tenho dignidade, seu idiota! Sai daqui!” (MELLO, 2020, p. 75).

O vídeo foi postado em 16 de fevereiro de 2020, dois dias antes do comentário em que Bolsonaro faz referência ao depoimento de Hans River do Nascimento sobre Patrícia Campos Mello. Dessa vez, por meio de ironias, o trabalho de Patrícia é comparado e ainda inferiorizado quanto ao de uma prostituta. Ser chamada de prostituta

já é uma forma humilhação como foi discutido anteriormente ao tratar da palavra puta, esta que, muitas vezes, ganha o sinônimo de prostituição. Mas no vídeo, a ideia é que até uma prostituta, considerada socialmente como uma pessoa sem princípios e valores éticos, se sentiria ofendida em ser chamada de jornalista da Folha. Deve-se retomar aqui os ataques que partiram de Alexandre Frota. Mesmo tendo feito vários filmes pornô, ele concede entrevista e “fala abertamente” de que fez para ganhar dinheiro. Não houve ataques a ele, enquadrando-o como “garoto de programa”, “prostituto”. Ao contrário, ao homem, é permitido e até revela uma postura de masculinidade o fato de revelar as suas aventuras sexuais, até mesmo em filmes eróticos. A partir desses episódios, são suscitadas algumas questões.

A primeira diz respeito a postura de “naturalização” dos espaços e das características dos gêneros. Deve-se atentar para o debate que Foucault (2007) aciona ao afirmar que tanto as questões de gênero como de sexualidade são construções históricas, sociais, culturais e, portanto, políticas. Infere-se a partir desta premissa de que a mulher deve ocupar o lugar da sensibilidade enquanto aos homens, que se intitulam ou agem como heterossexuais, cabe o papel de uma postura mais fria e distante dos fatos.

Isso revela que tais construções de narrativas sobre gênero e sexualidade são históricas e marcadores sociais para definir lugares que os “homens”, as “mulheres” devem ocupar, portanto passíveis de questionamentos. Mas também é uma percepção das fontes. Assim, trata-se de uma imagem em relação às pessoas do gênero feminino e do gênero masculino que reproduzem papéis socialmente construídos – mulher (lugar da escuta), homem (lugar do poder, da imposição).

A segunda questão diz respeito ao fato de que ela não trata da questão inerente ao próprio campo da política, que é regido pela lógica masculina, conforme afirma Bourdieu (2002), quando afirma que determinados campos sociais são regidos por princípios de dominação, como o da política. Não é à toa que, na eleição de 2022, apenas 91 mulheres se elegeram deputadas federais num universo de 513 parlamentares (17%). Se há um predomínio de homens nos lugares de poder, a cobertura jornalística é

entendida como “hard” (política, economia), em que as mulheres precisam assumir posicionamentos mais duros (entenda-se “naturalizados” como comportamentos masculinos) ou sofrerão preconceitos (não cabe sensibilidade na cobertura política ou da economia ou policial – porque exigem ousadia, coragem – características atribuídas ao gênero masculino). Trata-se, no entanto, de uma construção histórica, social e cultural que reforça estereótipos e a misoginia.

Outra reflexão que tais ataques à jornalista Patrícia Campos Mello remetem é o da interseccionalidade, que leva em conta vários lugares de fala – gênero, raça, estratificação social, orientação sexual. Carla Akotirene (2018) explica que o debate sobre interseccionalidade busca preencher lacunas na compreensão das identidades e dos estigmas e têm por objetivo “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p. 14). O pioneirismo em se pensar o conceito partiu de Kimberlé Crenshaw (1989), que, ao formular a expressão, buscou enfatizar que se trata de uma concepção sobre sujeitos e cultura que permite verificar como as estruturas colidem e de que forma as marcas identitárias estabelecem interações. Tratam-se de marcadores sociais que vinculam gênero, raça, estratificação social, nacionalidade para “lugares de fala” carregados de visões estigmatizantes. Se ela fosse uma jornalista mulher negra, uma jornalista mulher assumidamente lésbica, a violência seria ainda mais incisiva? Devemos mencionar que, conforme apontado ao longo do trabalho, a jornalista Thays Oyama, da *Folha de S. Paulo*, foi alvo de ataques do ex-presidente Bolsonaro, tanto por ser uma jornalista mulher, mas também desqualificada em função de ter descendência japonesa.

Durante a tarde, em cerimônia da Operação Acolhida no Planalto, o presidente fez críticas à imprensa, dizendo que a mesma “tem medo da verdade”. Como acusação à jornalista Thais Oyama: “Deturpam o tempo todo e quando não conseguem deturpar, mentem descaradamente. Esse é o livro dessa japonesa que eu não sei o que faz no Brasil, que faz agora contra o governo”. O livro referido é o “Tormenta”, lançado pela Companhia de Letras no mesmo mês de sua declaração, em janeiro de 2020 (GONÇALVES, 2021, p.11).

A apresentadora do *Fantástico*, Maria Júlia Coutinho – Maju, também foi alvo de ataques, por ser uma jornalista mulher, negra, revelando como o preconceito de gênero, muitas vezes, vem atrelado a outros estigmas, como a questão racial. Deve-se, entando, fazer ressalvas de que as narrativas de Patrícia Campos Mello são de uma jornalista que, no livro-reportagem, traz detalhes sobre os ataques que vem sofrendo. Não é o propósito do seu livro fazer um trabalho acadêmico de discussão de gênero e, por isso, em determinado grau, não identifica, nas sutilezas, as violências simbólicas ou as construções identitárias naturalizadas em relação a gênero, por exemplo, que também estão inclusas no seu próprio comportamento e reações aos ataques sofridos. No entanto, a partir do seu trabalho investigativo e de cunho literário, é importante remeter a outros debates que podem ser gerados a partir do fato de que as mulheres são mais vulneráveis a ataques e, como isso se agrava, quando outros elementos entram em jogo, a questão racial, a nacionalidade, a situação social, além da orientação sexual.

Campo político *versus* campo jornalístico: tensões e disputas simbólicas, coercitivas e econômicas

Ao discutir os ataques do ex-presidente Bolsonaro e das redes bolsonaristas à jornalista Patrícia Campos Mello, assim como a outras profissionais de comunicação, em especial mulheres, vale a pena retomar o conceito de poder, a partir de Thompson (1998), que apresenta uma tipologia sobre formas de poder: político (ligado a instituições políticas, como o fato de Bolsonaro ocupar a Presidência da República e utilizar o cargo para atacar jornalistas), econômico (vinculado ao poder financeiro), coercitivo (ameaça ou uso da força física) e simbólica (ligado ao campo da linguagem e, em especial, hoje à mídia).

Nesse aspecto, identifica-se que, desde a emergência da extrema direita ao poder no Brasil e em outros países, conforme aponta Giuliano da Empoli (2019), que se criou uma aversão a instituições e campos legitimados na história da sociedade, como ataques

a instâncias jurídicas (como ocorreu no Brasil, com a tentativa de deslegitimar o papel do Supremo Tribunal Federal – STF, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, entre outras), instâncias midiáticas e jornalísticas (os ataques a jornalistas e à imprensa), como também ataques a instituições políticas (Congresso, partidos políticos etc.). Conforme argumenta Da Empoli (2019), trata-se da emergência da era da pós-verdade, marcada pela circulação intensa de *fake news* e o combate às instituições, em especial por governos de direita, cujo conceito remete à ideia de populismo digital. Conforme narra Patrícia Campos Mello, ela teve a sua reputação destruída, num curto período de tempo, após a divulgação de uma reportagem em 18 de outubro de 2018, numa ação de redes bolsonaristas nas redes sociais.

Ao longo do seu livro “A máquina do ódio”, Patrícia Campos Mello detalha como o seu trabalho profissional como jornalista incomodou determinados grupos políticos. O problema foi a forma como reagiram. Poderiam questioná-la, acioná-la juridicamente. Mas as formas de ataques se efetivaram de com discursos misóginos, sexistas e ameaças. Isso remete tanto ao poder simbólico, como também ao poder econômico, político e coercitivo. Patrícia passou a andar com um segurança cedido pela empresa que trabalhava, sob risco de sofrer algum tipo de violência física.

O livro da jornalista Patrícia Campos Mello, ao relatar as polêmicas em torno de estratégias do campo político, aponta para tensões bastante acentuadas entre os atores políticos e o campo da imprensa nos últimos anos. Em virtude da apuração jornalística de Mello ser justamente sobre um escândalo do uso de disparos robotizados de mensagem, as *fake news*, durante as eleições de 2018, no Brasil, por empresários apoiadores do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, tornou-se alvo de ataques.

Para demonstrar a coerência de seu trabalho e a carreira consolidada, a autora dialoga com teorias ou princípios do jornalismo. Ao fazer isso, no livro, Patrícia Mello aciona a legitimidade do campo jornalístico enquanto instância que, numa sociedade democrática, tem o papel de informar, não assumindo lados ou quando assumir que seja de forma explícita, em espaço opinativos, como editorial, colunas ou artigos assinados.

De acordo com Gaye Tuchman (1993), os jornalistas recorrem ao ideal da objetividade para se protegerem de possíveis processos criminais ou exporem de forma cautelosa suas opiniões, a partir do uso das fontes. Mello aciona tal concepção e trata da objetividade jornalística ao afirmar que entrevistou também os empresários envolvidos no escândalo.

Entrevistei ex-funcionários de agências de marketing digital que prestavam serviços para candidatos, funcionários dessas empresas, clientes e donos. Ao longo de algumas semanas de apuração, troquei inúmeras mensagens, recebi propostas de serviços, armazenei depoimentos, tanto em on quanto em off. Foram ouvidas todas as empresas ou pessoas que foram mencionadas na reportagem — trata-se de um princípio básico do jornalismo: é necessário dar a chance e o espaço para “o outro lado” se manifestar ou contestar uma reportagem (MELLO, 2020, p.33).

A jornalista Patrícia Campos Mello faz ainda uma certa mea-culpa ao relatar que foi um erro ter exposto a sua opinião política em 2013, quando havia declarado que, em geral, votava no PT, em partidos e candidatos alinhados à centro-esquerda. Isso fez com que os bolsonaristas regatassem esta palavra, dita numa palestra na PUC, e inseridas em outro contexto. Será que, de fato, jornalistas precisam esconder seus posicionamentos políticos, fora do ambiente de trabalho? E, quanto a outros profissionais – médicos, advogados, juízes, empresários – também é exigida a “neutralidade” diante de fatos sociais?

Jornalistas que cobrem política devem obedecer a uma regra de ouro não escrita: jamais revelar o voto. É óbvio que todos nós votamos em alguém, e isso não faz com que assumamos determinado posicionamento político em tudo o que escrevemos. Mas escancarar o voto pode alterar a percepção que se tem sobre o que publicamos e nos deixa sujeitos justamente a esse tipo de ataque — de que seguimos esta ou aquela orientação (MELLO, 2020, p.10).

Ademais, a jornalista aciona outro ritual, ligado a princípios do fazer jornalístico para demarcar o seu lugar de fala profissional. Ela afirma que manteve o sigilo das fontes em off, que é um dos princípios do jornalismo investigativo e está assegurado pela constituição brasileira, no art. 5º, inciso XIV, “e assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício

profissional” (Constituição Brasileira, 1988). Uma vez que envolvidos em atos ilegais, poderiam ser ameaçados e também processados pelas revelações que trouxeram à tona, a lei, além de garantir as investigações, também protege os cidadãos implicados.

Ademais, a autora detalha processos da rotina de produção relacionada com a Teoria Etnoconstrucionista descrita por Traquina (2001), como viagens e almoços com os entrevistados, entre eles, está o almoço com Hans River do Nascimento, quando Patrícia obteve informações preciosas, mas também revelou um pouco das suas condições financeiras e um lado humano, que também pode ser problematizado a certo grau de interesse, ao pagar um remédio para o homem.

Nascimento me disse que estava sem grana, não tinha dinheiro nem para comprar insulina — era diabético. Ofereci pagar o remédio, que custava cerca de trinta reais. Ele pegou o dinheiro e foi até a farmácia. Perguntei se queria almoçar, ele disse que sim, e nós dois pedimos um prato feito com bife, salada, arroz e feijão. Conversamos por mais de uma hora, e ele descreveu em detalhes como era o esquema na agência, enviou por WhatsApp algumas fotos e trocas de mensagens que guardara. Chamei um Uber e fui embora, de posse da entrevista gravada e de arquivos que ele me passou por WhatsApp. (MELLO, 2020, p. 42).

Sobre as ofensas como “jornalista comunista e putinha do PT”, pode-se remeter a duas teorias, a da Ação Política de Direita e a Teoria Organizacional. A primeira porque a mídia é entendida como uma forma de serventia aos interesses políticos. Assim, revelar um escândalo às vésperas das eleições que atingia um candidato da direita pode ser entendido como uma maneira de privilegiar o candidato da esquerda, que era Fernando Haddad (PT). Quanto à segunda, o veículo em que Patrícia trabalha, a *Folha de São Paulo*, apesar de já ter publicado matérias contra o PT, principalmente no cenário das eleições daquele ano, foi interpretado como um veículo de ideais ora alinhado com a esquerda, ora com a direita. Neste caso, para a esquerda, os grupos midiáticos estão atrelados a oligopólios de comunicação, que controlam a informação no país, como o Grupo Globo, o Grupo Folha. Tal versão de esquerda é referendada por

estudiosos da área de economia política da comunicação, como o professor Venício de Lima (2006), que aponta os vínculos entre os grupos de mídia e sistemas políticos.

Além disso, está a Teoria da Ação Pessoal ou do Gatekeeper citada por Traquina (2001), quando Patrícia traz mais aspectos da sua vida pessoal e a subjetividade contida em suas reações durante as apurações ao longo do livro, como o relato da reação do filho ao assistir o vídeo que Frota gravou com xingamentos a ela e outras manifestações sobre seus pensamentos, entre elas “Desde 18 de outubro de 2018 vivo num mundo bizarro” (MELLO, 2020, p. 10) e “Cabe aqui uma autocrítica” (Mello, 2020, p. 49)

Há ainda uma vinculação com a Teoria do Agendamento apontada por Clóvis Barros Filho (2015). Isso porque a jornalista, ao revelar o caso ilegal de disparos de mensagens robotizadas por WhatsApp advindos de empresários apoiadores de Bolsonaro (PL), conseguiu atrair a atenção de toda a sociedade e até mesmo a abertura de uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) no Senado Federal para a investigação dos dados obtidos. “Em 4 de setembro de 2019, começaram os trabalhos da CPMI, com duração prevista de 180 dias” (MELLO, 2020, p. 66).

Ao denunciar tais atos, Patrícia Campos Mello colocou em risco estratégias que vinham sendo trabalhadas por aliados bolsonaristas, com o financiamento de empresários, o que é enquadrado como uma prática ilegal pela legislação eleitoral. Ao invadir o espaço da política, a jornalista não somente tornou-se uma “inimiga”, aliada ao “comunismo”, como passou a ser alvo de ataques misóginos, sexistas e ameaças. Mais do que denunciar ações de um grupo político, o livro “A máquina do ódio” suscita debates e reflexões sobre o campo político, as suas lógicas de manutenção de poder e até que ponto os que tentam trazer à cena pública os “acordos” ou “ações ilegais” da política passam a correr riscos, tanto de se manterem nas suas profissões como ameaças de integridade física e até de morte.

Considerações Finais

Ao analisar as violências sofridas pela jornalista Patrícia Campos Mello em diálogo com as teorias do campo da comunicação, percebe-se que a temática é muito pertinente, visto que as desigualdades de gênero, conforme apontam Bourdieu (2002) e Miguel & Biroli (2014), ainda são questões muito presentes na sociedade. Isso ocorre, principalmente quando se trata de relações que envolvem o mundo político e o exercício profissional do jornalismo e é exacerbado com as estratégias do populismo digital de direita, como ocorreu com as ações do ex-presidente Jair Bolsonaro de atacar as instituições democráticas e seus atores, como ocorreu com a imprensa e a jornalista Patrícia Campos Mello.

A violência, não somente a simbólica em suas várias facetas, mas outras formas – psicológica e ameaça de uso da força física (que remete ao poder coercitivo), tem sido legitimada pelo patriarcado no Brasil e em países considerados democráticos. Líderes populistas feriram o direito à informação garantido na constituição brasileira, tomando por premissa o caso de Patrícia Campos Mello. Por isso, o engajamento do movimento feminista, bem como de outras mulheres jornalistas, órgãos e entidades de imprensa, líderes governistas, homens e mulheres de várias classes sociais é tão importante para que haja uma reflexão crítica tanto socialmente quanto juridicamente sobre o papel da imprensa e das mulheres.

Em 29 de junho de 2022, Patrícia Campos Mello ganhou o processo que movia contra Bolsonaro pela declaração sexista que o mesmo proferiu contra a jornalista em 2020. Anteriormente condenado em 1ª instância, em março de 2021, a pagar R\$20.000,00, desta vez, em 2ª instância pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, além de mantida a condenação, Bolsonaro teve de desembolsar R\$35.000,00.

A vitória da jornalista representa o reconhecimento das violências sofridas no seu âmbito de trabalho meramente por ser uma mulher que se atreveu a investigar escândalos do campo político, tradicionalmente masculino. O julgamento de valor

incurtido em cada agressão tentou anular a capacidade profissional e moral da jornalista pelo seu gênero. Portanto, neste contexto, o papel político, o respeito e a visibilidade social das mulheres ainda enfrentam dificuldades para se tornarem soberanos e efetivos.

Ademais, as polêmicas geradas pelo trabalho investigativo da jornalista Patrícia Campos Mello e os ataques sofridos por ela não se configuram como uma ação isolada. Ao contrário, o seu livro suscita debates importantes sobre a mídia, o poder e as relações sociais no contexto do século XXI. Paradoxalmente, mesmo com grandes avanços tecnológicos, que permitem que as pessoas se comuniquem em tempo real de diferentes formas – chamadas de vídeo, troca de mensagens, as mídias digitais acionaram também comportamentos e formas de poder que remontam a períodos autoritários ou mesmo da era pré-moderna. Enquadra-se, nesse retrocesso político, a forma como a misoginia e o sexismo contra as mulheres ganhou tanta força quando vivenciamos a quarta onda do movimento feminista. Isso aponta para narrativas em conflito e uma sociedade em crise em relação a valores, ao papel das instituições e à própria liberdade de expressão, tanto dos jornalistas como dos cidadãos. Manifestar-se politicamente tornou-se um risco de morte num país que se intitulava democrático e com as instituições consolidadas.

Ao trazer este debate, a pesquisa busca gerar reflexões no fazer jornalístico e do papel de cada indivíduo, na condição de profissionais da imprensa e de cidadãs, em busca de um outro espaço para as mulheres.

Referências

ABRAJI. **Violência de gênero contra jornalistas somam 119 casos em 2021.** Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/violencia-de-genero-contra-jornalistas-somam-119-casos-em-2021>. Acesso em: 25 abr. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, 2020, p.91-120.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p.139-167, 1989.

GONÇALVES, L.P. Bolsonaro versus imprensa: Uma análise dos embates com mulheres jornalistas. Artigo apresentado no 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 4 a 9/10/2021. **Anais do 44º Congresso da Intercom**, São Paulo, 2021, 15p.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio**: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MELLO, Patrícia Campos. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**. Folha de S. Paulo, 18 de outubro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em 10 de maio de 2022.

MELLO, Patrícia Campos. **Patrícia Campos Mello**. 2022. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/patatcm/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. Boitempo Editorial, 2014. 164 p.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, jun.2010

RIOS, Aline de O. BRONOSKY, Marcelo Engel. Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade. **Mosaico**, [s. l], v. 11, n. 17, p. 46-63, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul. 1995. Semestral.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o Gênero do Jornalismo: Modos de Produção das Notícias**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

Journalism and gender violence:
Analysis of attacks against journalist Patrícia Campos Mello

Abstract: In a context of increasing violence against the press, mainly by former president Jair Bolsonaro and his followers, women journalists have been the main target of attacks. Thus, this article discusses the role of communication, gender inequality and symbolic violence (Bourdieu, 2002; Miguel & Biroli, 2014) in a mediatized society. A case study is developed of the attacks on journalist Patrícia Campos Mello, from Folha de S. Paulo, on February 18, 2018, and the consequences of the case (repercussion in the media and professional entities). The text analyzes how misogyny and sexism are used strategically to delegitimize the work of female journalists, especially in contexts of political tension. This highlights one of the recurring practices of far-right digital populism in Brazil, very present in the actions of the government of former president Jair Bolsonaro (PL), which took the mainstream press as one of its main targets of attacks.

Keywords: Journalism; Male Domination; Communication and Gender; Policy.

Recebido: 27/06/2023

Aceito: 30/01/2024